Mensagem ao Congresso Nacional do Presidente Manoel Ferraz de Campos Salles em
1899-05-03

Relações Exteriores

No que respeita aos interesses exteriores, cabe-me a satisfação de informar-vos que nenhuma alteração têm sofrido as relações de amizade que cultivamos com as nações estrangeiras. Tenho o maior empenho em mantê-las e desenvolvê-las.

É com sincero desvanecimento que assinalo, como alta prova da estima consagrada à República Brasileira, a presença, na baía desta capital, de navios pertencentes às marinhas de guerra dos Estados Unidos da América do Norte, de Portugal, da Inglaterra, da Itália e da Alemanha, no dia 15 de novembro último, data em que a inauguração do meu governo coincidia com a celebração do aniversário da proclamação da República.

Registrando este ato de apurada cortesia da parte dos governos daquelas nações amigas, consigno também os justos protestos da gratidão nacional.

O fato culminante da política internacional, pelo seu caráter altamente humanitário e civilizador, é o movimento que se opera em torno da ideia do desarmamento e no interesse da paz geral. Partiu a nobre iniciativa de Sua Majestade o Imperador de Todas as Rússias. O Governo Brasileiro, por intermédio de seu ministro acreditado em S. Petersburgo, foi convidado para se fazer representar na Conferência especialmente destinada a tratar do importante assunto.

Acolhi o convite com a consideração e simpatia que os generosos sentimentos de Sua Majestade despertam geralmente. Todavia, por motivos que são óbvios, ficou assentado que o Governo Brasileiro se absterá de tomar parte na Conferência.

As questões de limites, devidamente tratadas de acordo com os interesses nacionais, seguem o seu curso regular.

A da Guiana Francesa está bem encaminhada, assistida pela inteligente vigilância do ilustre brasileiro encarregado de advogar perante o Árbitro os legítimos interesses do país. No dia 5 do mês próximo passado [*sic*], foi por ele apresentado, na qualidade de Enviado Extraordinário, a memória justificativa do nosso direito, acompanhada dos documentos e mapas que a instruem.

Na da Guiana Britânica, verificada a impossibilidade de acordo para um ajuste direto, não obstante todos os bons esforços empregados com sincero empenho nesse tentame, o Governo aceitou o alvitre do arbitramento proposto pelo *Foreign Office*. Nutro a esperança de submeter ao vosso exame no correr da presente sessão, o respectivo tratado, de conformidade com o preceito constitucional. Para preparar os estudos e organizar os dados que esclareçam e justifiquem o nosso direito, fiz apelo aos serviços do eminente brasileiro dr. Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo, que, obedecendo aos impulsos dos seus elevados sentimentos de amor à pátria, aceitou a honrosa missão. Oportunamente será ele próprio acreditado como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em missão especial, junto ao árbitro escolhido.

Ainda não está resolvida a divergência que sobreveio entre o Brasil e a Bolívia sobre a designação da nascente do rio Javari, isto é, sobre a retificação do erro cometido em 1874 na determinação da respectiva latitude. No protocolo de 19 de fevereiro de 1895 adotou-se ainda, para a nascente do Javari, a latitude determinada por computação em 1874. Daí surgem as exigências contra o nosso direito, que aliás não deixa dúvidas, segundo as cláusulas do tratado de 27 de março de 1867. É naquele protocolo que a Bolívia se apóia para não convir na retificação que lhe foi proposta. O Governo Brasileiro, porém, alega, e com indiscutível fundamento, que o protocolo não é de natureza a poder alterar um tratado, única fonte de direito, na espécie, no qual foi definitivamente estipulado que a nossa linha fronteira com a Bolívia termina na nascente do rio Javari, só ultimamente explorada.